

## A APOCALIPTICA E A NOMIA CRISTÃ\*

---

Juan Pablo Sena Pera\*\*

### RESUMO

De acordo com o afamado especialista em Novo Testamento Rudolf Bultmann (2004, p. 139), as primeiras pregações missionárias dos cristãos eram essencialmente escatológicas, com motivos provenientes dos escritos apocalípticos. Dessa forma, é importante que se elucide a importância que as esperanças escatológicas possuíam no imaginário judaico-cristão, para que se possa compreender como a pessoa de Jesus de Nazaré se insere nessa tradição escatológica, e como os primeiros cristãos gentílicos

---

\* *Nomia* e *anomia* são conceitos criados por Émile Durkheim e desenvolvidos por Norbert Elias e John L. Scotson. Em suas obras, Durkheim ensina que o homem não pode viver a não ser em harmonia com seu meio, sendo que é a sociedade quem impõe os limites de convivência ao exercer um poder moderador de condutas. A anomia é pois, a crise, o desregramento das condutas individuais em relação à norma social geral (Durkheim, 2002, p. 7). Elias e Scotson, por sua vez, pregam que grupos sociais antigos e coesos tendem a desenvolver seus próprios valores e regras de conduta, ao se estabelecerem como a “boa sociedade”, e ao reivindicarem a sujeição dos seus membros ao comportamento oficialmente aprovado. A obediência a esse conjunto de normas sociais caracteriza a nomia. Por outro lado, os grupos sociais de constituição mais recente costumam não apresentar o grau de coesão interna necessário para a criação de um corpo de valores e normas sociais aceitos pelo grupo; e por não se submeterem às suas normas, também não se inserem no grupo antigo. Essa falta de conformidade com as normas socialmente aceitas possibilita a estigmatização dos indivíduos não-conformistas e grupos mais recentes pelos grupos mais antigos, uma vez que estes consideram aqueles anômicos (Elias & Scotson, 2000, p. 25).

\*\* O autor é advogado e Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo, onde defendeu a dissertação de mestrado intitulada “O antijudaísmo de Justino

se utilizaram da esperanças escatológicas inscritas na literatura apocalíptica, para fundamentar o entendimento do cristianismo paulino, futuro esteio da Igreja que se constituía, a respeito dos dois pilares fundamentais do cristianismo gentílico, a saber: a justificação pela fé em Cristo e a dispensa aos cristãos gentios da prática da Lei de Moisés. Neste artigo não abordaremos diretamente estas duas últimas questões. Tão somente analisaremos a importância histórica da apocalíptica no judaísmo do Segundo Templo, e no cristianismo nascente, a fim de possibilitar reflexões posteriores por parte dos leitores.

#### **PALAVRAS-CHAVE**

Nomia, anomia, apocalíptica, escatologia, cristianismo.

#### **ABSTRACT**

According to the renowned New Testament scholar Rudolf Bultmann (2004, p. 139), the first preachings of Christian missionaries were essentially eschatological, with motifs withdrawn from the apocalyptic writings. In consequence, it is important to elucidate the importance of the eschatological hopes had in Judeo-Christian imagery in order to understand how the person of Jesus of Nazareth falls in eschatological tradition, and how the first gentile Christians used the eschatological hopes present in the apocalyptic literature to support the understanding of the Pauline Christianity, future mainstay of the Church, about the two key pillars of gentile Christianity, namely, the justification by faith in Christ and the exemption of the Christian gentiles to the practice of the Law of Moses. This article does not directly discuss the latter two issues. Only examine the historical importance of the apocalyptic in the

---

Mártir no Diálogo com Trifão”. Sua área de pesquisa tem sido o processo de formação do cristianismo a partir de suas matrizes hebraicas e as transformações sofridas pelas comunidades cristãs dos primeiros séculos da Era Comum em função da criação de um discurso antijudaico, considerado necessário pela patrística, em vista de seu objetivo de criar uma teologia e identidade etnoreligiosa especificamente cristã. A fim de investigar e analisar tais processos de definição identitária, o autor dialoga com a História, a Sociologia e a Teologia judaica e cristã.

Second Temple Judaism and in the embryonic Christianity in order to allow further reflection on the part of the readers.

### KEYWORDS

Nomie, anomie, apocalyptic, eschatological, christianity.

### INTRODUÇÃO

Antes de prosseguirmos na explanação da importância da apocalíptica no judaísmo do período do Segundo Templo e no cristianismo primitivo, convém realizar uma definição de termos.

Neste artigo, adotamos o parecer de D.S. Russell (1997, p. 33, 34), que entende por *apocalíptica* o conjunto de idéias religiosas expressas nos apocalipses e literatura relacionada. Sua característica principal é a ênfase nas chamadas *últimas coisas* e no juízo divino. Não obstante, não fazemos a distinção operada por Russell entre o gênero literário *apocalipse* e a perspectiva religiosa apocalíptica (Russell, 1997, p. 34). Neste trabalho, *apocalíptica* se refere ao gênero literário e às idéias nele expressas. Por *escatologia* entendemos a crença nas *últimas coisas* expressa em forma de discurso nos textos apocalípticos.

Baseando-nos ainda no conceito de Russell, por *escatologia apocalíptica* entendemos a expressão de crenças sobre as últimas coisas que se pode encontrar nos escritos que refletem a perspectiva apocalíptica. Escatologia profética e escatologia apocalíptica relacionam-se entre si quanto às suas origens textuais, mas diferenciam-se ao menos em dois aspectos: a primeira está focada na salvação em termos comunitários do povo ou do remanescente fiel dentro do povo. A segunda, por sua vez, sem negar o elemento comunitário anterior, foca-se em termos individuais. Basicamente, enquanto a primeira focaliza o cenário terreno e a restauração de Israel, a segunda focaliza a vinda do juízo de Deus e um mundo transcendente com recompensas ou castigos após a morte (Russell, 1997, p. 34). Não obstante essa diferenciação entre os dois tipos de escatologias, neste artigo fizemos um uso consistente da palavra

*escatologia* com referência à escatologia apocalíptica, que é a vertente de nosso maior interesse nesta obra.

Nos dias de Jesus, já existia uma crença consolidada no judaísmo, remontando ao tempo dos profetas exílicos e pós-exílicos, de que Deus traria os gentios à obediência e os salvaria conjuntamente a Israel no fim dos tempos (Schweitzer, 2003, p. 233). Os discursos escatológicos ganharam *status* de gênero textual a partir do século III a.C. A característica marcante de tais escritos era protestar contra a situação político-social de seu próprio tempo de forma velada, vez que se apresentavam como revelações dadas a personagens antigas da história de Israel a respeito de um futuro distante, o tempo presente de seus primeiros leitores. Esses discursos desenvolveram concepções mitológicas acerca do fim dos tempos, caracterizados como tempos de tribulações e catástrofes cósmicas, bem como por um juízo final, após o que, Deus instauraria uma ordem social perfeita e eterna. Tais crenças surgiram e se proliferaram em virtude da desestruturação dos estratos de liderança da sociedade judaica (Goodman, 1994, p. 77).

A importância do discurso apocalíptico como mantenedor da fé judaica pode ser compreendida a partir da análise do reinado macabeu. Família de origem sacerdotal judaica, os Macabeus se insurgiram contra o decreto de Antíoco IV Epífanes de helenização dos judeus (167 a. C. cf. Russell, 1997, p. 39), e, apoiados por um exército de camponeses voluntários, obtiveram algumas vitórias militares contra Antíoco. O Império Selêucida, atormentado por questões sucessórias após a morte de Antíoco, e, por intervenções romanas, se viram obrigados a conceder a tolerância religiosa aos judeus, e, em 129 a. C., a independência política da Judéia (Gottwald, 1988, p. 418, 419).

O exercício da autoridade política voltou a ser feito pelos sumo-sacerdotes, o que reafirmou a nomia sócio-religiosa judaica. Entretanto, em virtude do êxito militar, a família macabéia alija do poder sacerdotal a antiga família dos Oníadas e dá início à dinastia dos Hasmoneus. Favorecidos pela fragmentação dos antigos reinos helenísticos em virtude da pressão romana, os Hasmoneus

delimitam párea si um grande território, abrangendo a Transjordânia, a Iduméia e grande parte da planície costeira da Palestina. A despeito do objetivo inicial da revolta macabéia ter sido a profanação do Templo de Jerusalém por Antíoco em 167 a.C., quer dizer, a manutenção da identidade judaica ameaçada pela helenização forçada, a dinastia hasmonéia acabou por se constituir em um elemento eminentemente anômico no seio da comunidade judaica. Isto se deveu tanto ao domínio do cargo de sumo-sacerdote, desalojando os descendentes de Sadoc, sacerdote do rei Davi, quanto a uma sucessão de atitudes helenizantes, tais como: a estipulação no testamento do hasmoneu João Hircano, de que a autoridade secular deveria passar à sua esposa, Alexandra – fato espantoso para a sociedade judaica, em que as mulheres eram excluídas do poder político, a adoção do título *Fileleno* por Aristóbulo I em 110 a.C., além das constantes lutas sucessórias entre os filhos de Alexandra, que serviram de pretexto para a intervenção romana por meio de Pompeu em 63 a.C. (Goodman, 1994, p. 42-44).

Pompeu, diante da usurpação do trono judeu de Hircano por Aristóbulo, seu irmão mais novo, restabelece Hircano conforme a linha sucessória nômica, mas, tendo dominado a região, restringe o poder de Hircano às funções sacerdotais. Tem início assim o período dos governantes títeres. No intuito de descentralizar o poder local, Pompeu divide a região abrangida pelo trono de Hircano em quatro distritos: Judéia, Iduméia, Galiléia e Samaria; cada uma governada por seus *etnarcas*.

Nesse quadro sócio-político-religioso, a proliferação dos discursos escatológicos funcionava no sentido de manter a nomia judaica, uma vez que as condições que propiciavam a aceitação da Lei, bem como o cumprimento da ritualística judaica passavam por intensa crise. Dessa forma, a anomia provocada pela helenização hasmonéia e a imposição do poder por exércitos de mercenários, formados principalmente por gentios, levou a dinastia hasmonéia a uma grave crise de autoridade em relação à sociedade judaica. De reguladores do estado nômico – quando de sua insurgência -, os reis macabeus enfraqueceram a coesão da sociedade israelita pelo

desregramento de sua conduta em relação ao que o judeu médio esperava de seus governantes.

Consequentemente, as estruturas que mantinham a fé do judeu na Lei, como também nas profecias, começaram a desmoronar. Tal situação se deteriorou ainda mais com a dominação romana direta. A possibilidade da não concretização de uma libertação étnica e da restauração do trono davídico pelas vias militares “normais” aumentava ainda mais a esperança de uma libertação miraculosa, pela mão divina, o que reforçava a nomia judaica (Feldman, 2006, p. 365).

Vejamos a lição de Durkheim (2002, p. 103):

O que caracteriza o homem é que o obstáculo que se lhe depara não é físico, mas moral, isto é, social. Aceita a lei vinda não de um meio material que se lhe impõe brutalmente, mas de uma consciência superior à dele e cuja superioridade reconhece. Porque a maior e a melhor parte de sua vida ultrapassa o corpo, escapa ao jugo deste, mas sujeita-se ao da sociedade.

O trecho acima reproduzido nos ensina que o ser humano tende a resistir às imposições externas, que não reconhece como legítimas, mesmo que sob coerção violenta. Para que o indivíduo se submeta a regras exteriores, ele precisa reconhecer nelas uma razão, um sentido, um desígnio, superiores à sua própria vontade. Idealmente, o bem do seu grupo social se configura nessa razão superior capaz de submeter a vontade individual.

Na situação em análise, vemos isso se dar da seguinte forma: as profecias escatológicas, em especial as veiculadas pela literatura apocalíptica, fundamentalmente, prometiam a libertação divina e a restauração do reino de Israel sob a condição da obediência dos indivíduos à Lei de Moisés. Pode-se deduzir que o objetivo da apocalíptica tenha sido a manutenção, a despeito dos conflitos in-

ternos, da coesão judaica, seja no cumprimento das leis cerimoniais sagradas, seja na organização sócio-religiosa.

Embora a corrente literária apocalíptica surgida a partir do discurso escatológico tenha adquirido caráter dissidente no seio das mesmas comunidades judaicas, o discurso em si servia como um suporte do sagrado. Considerando que a cosmovisão registrada em tais escritos é caracterizada por uma concepção de realização futura, desvinculada do tempo presente, pode-se aceitar o caráter nômico que essa cosmovisão assume ao incorporar a Lei como condição para a salvação individual e a instauração do reino de Deus no juízo final. Isso revela a apocalíptica como suporte representacional em tempos de desesperança. Ao tornar a Lei condição, o discurso apocalíptico mantém a estrutura sócio-religiosa prevista na Lei, mesmo que o momento fosse de pouca confiabilidade nos relatos das Escrituras pelo não cumprimento das profecias. Isso não quer dizer, entretanto, que a validade dos relatos bíblicos da eleição divina dos descendentes de Abraão tenha sido anulada pela apocalíptica. O que houve foi a modificação da doutrina da eleição de Israel. A apocalíptica transferiu a eleição de todo o povo de Israel ao indivíduo que cumprisse fielmente a Lei. Desse modo, não foi suprimida a expectativa escatológica de uma sociedade justa. Mas a promessa de concretização desse anseio saiu do tempo presente para habitar o futuro escatológico (Stegemann & Stegemann, 2004, p. 171-174; Schillebeeckx, 1989, p. 39).

Conforme já mencionamos anteriormente, à época do nascimento de Jesus (*c.* 4-8 a.C.), as estruturas de comando da sociedade judaica eram constituídas por governantes títeres. Herodes, filho do idumeu Antipáter, - governador da Iduméia e considerado pelo Senado como leal aos interesses de Roma - é declarado rei da Judéia após a prisão de Hircano pelo partos (*c.* 39 a.C.). Nota-se que o esfacelamento do ideal político-religioso judaico, com a subida ao trono de um não-judeu, cujos laços com a dinastia hasmonéia apresentavam-se somente pelo seu casamento com Mariamna, neta de Hircano (Goodman, 1994, p. 44), vem acompanhada de movimentos, baseados nas camadas letradas, especialmente os escribas,

que produziam e faziam circular os textos *escatológicos* (Stegemann & Stegemann, 2004, p. 174, 175).

A manutenção de um frágil equilíbrio no ideário judaico, proporcionada pela proliferação desses discursos, caminha ao par do surgimento de supostos Messias e profetas, que incendiavam as massas contra o poder romano, além de conspirar contra os dirigentes locais. Há que se considerar que o domínio de Herodes esteve assentado basicamente no uso da violência. Surgiram inclusive acusações do uso de tortura contra membros da própria comunidade judaica.

Concomitantemente, suas práticas administrativas foram tidas como responsáveis pelo depauperamento econômico e degradação social da Palestina (Rocha, 2004, p. 55, 56). O sucessor Arquelau, (4 a.C. a 6 d.C.), não conseguiu controlar a população hostil, fato que levou à sua remoção e ao início do governo romano direto.

A partir dessas considerações, pode-se compreender também o surgimento de profetas e supostos Messias, todos tributários das concepções de iminência do juízo divino que vigoravam na época. De um lado, as escatologias provenientes de estratos letrados da população da Judéia; e do outro, os movimentos messiânico-proféticos oriundos das camadas populares. Ambos, inicialmente, considerados como anômicos no seio da coesão judaica (Stegemann & Stegemann p, 2004, p. 191), se tornam veículos de nomia sócio-religiosa em virtude do contexto sócio-político vivido pela comunidade judaica.

Os escritos apocalípticos que viriam a ser introduzidos no cânone da Bíblia hebraica, acabaram por se tornar em um elemento eminentemente nômico em razão de terem sido o sustentáculo da fé judaica e das concepções de tradição e ordenamento social em momentos de grave desagregação da sociedade. Já os movimentos messiânicos, que ganharam força a partir da remoção de Arquelau, quando da promoção das guerrilhas libertárias de Judas Galileu, tentaram ser a concretização prática dos ideais político-religiosos veiculados pela literatura apocalíptica (Scardelai, 1998, p.



130, 131). Tais movimentos libertários, mesmo que anômicos em razão da ordem social imposta pela dominação estrangeira, foram nômicos, quando analisados à luz dos valores escatológicos. Sobre esse ponto cabem alguns comentários sobre as três correntes majoritárias na sociedade judaica: os fariseus, os essênios e os saduceus.

No contexto descrito por Josefo, fariseus e essênios desempenham o papel de particularização de uma identidade judaica, diferente da que estava em voga na época, pois não preconizavam uma identidade cristalizada em instituições sociais formais, universalmente aceitas pela população judaica, mas sim visões particulares a determinados agrupamentos, acerca da cultura judaica, e a relação que deveriam manter com a norma bíblica, que se encontrava em crise naquele período (Stegemann & Stegemann, 2004, p. 178).

O que tais grupos apregoavam, na verdade, pode ser melhor enquadrado como modelos identitários judeus, haja vista a fragmentação judaica do período helenístico-romano de dominação sobre a Judéia. Concomitante a esses núcleos de manutenção da identidade judaica, interpretadas de forma diferenciada por cada grupo, os escritos apocalípticos serviram, para além do papel estruturador dos movimentos messiânicos, como um dos aportes ideológicos a esses grupos de fariseus e essênios para uma tentativa de reconstrução da nomia estilhaçada.

A maneira de atuação desses diferentes grupos também divergia: fariseus e saduceus forçavam suas respectivas nomias no meio da sociedade judaica, ao passo que os essênios optaram por retirar-se dela (Stegemann & Stegemann, 2004:180). Panoramicamente percebemos os fariseus como mais sociáveis, ao buscar o diálogo com a sociedade judaica por meio da difusão de seus ideais. Os essênios, por sua vez, buscaram o rompimento com as concepções identitárias em voga, constituindo-se numa desviância visível do padrão, mesmo que este padrão não representasse necessariamente um conceito único, universalmente aceito.

O caso dos essênios, o mais radical de todos, negava as concepções de judaísmo então vigentes e apartava-se socialmente para fins de possibilidade de redenção escatológica. Influenciados pela

corrente literária apocalíptica em alta naquele momento, os essênios também produziram seus próprios textos apocalípticos, e se consideraram também uma comunidade do fim dos tempos (Horsley & Hanson, 1995, p. 38-40).

A norma identitária em crise pode ser identificada com o saduceísmo, posto que este se remetia à linhagem do sumo-sacerdote Sadoc e era o grupo majoritário entre os membros do Sinédrio e os sacerdotes do Templo. Flávio Josefo afirma que o saduceísmo era mais um grupo etnojudaico que uma congregação político-religiosa (Stegemann & Stegemann, 2004, p. 179).

### **O messianismo como fundamento da nomia cristã**

Os movimentos messiânicos, eminentemente saídos das camadas populares do judaísmo, dividiram-se em diversos eixos de atuação. Havia os profetas solitários que não constituíam séquito e pregavam de modo itinerante, realizando exorcismos, milagres e revelando sinais escatológicos nos acontecimentos quotidianos. Sua atuação foi classificada por Josefo como de alcance restrito. Pertenciam às camadas abaixo da pobreza e, geralmente, não alcançaram apelo popular suficiente para manterem-se por períodos longos de tempo.

Também provenientes das camadas populares havia os bandidos sociais, que, do ponto de vista da ordem social estabelecida, eram essencialmente anômicos. Sua principal característica era mesclar as necessidades materiais individuais com ideais político-religiosos coletivos.

Diferentemente dos profetas solitários e bandidos sociais, havia ainda os movimentos profético-quiliastas, que se mostraram dotados de carisma em virtude do grande apelo popular angariado. Esse carisma era devido ao fato dos líderes de tais movimentos se apresentarem ao povo como novas versões dos profetas dos tempos bíblicos, revividos no pretense cumprimento das escatologias bíblicas no tempo presente e reforçarem a esperança popular na restauração das doze tribos de Israel. Até mesmo o martírio sofrido por alguns desses líderes, incluindo João Batista e o próprio

Jesus, agia como elemento difusor da mensagem desses líderes, bem como elemento perpetuador de seus grupos.

A contestação político-social, realizada tanto por esses grupos profético-quiliastas, quanto por bandidos sociais e profetas solitários, acabava por, de certa forma, irmaná-los em torno de ideais de restauração política e normalização da vida religiosa (Scardelai, 1998, p. 185-187).

Dessa forma, as características comuns a esses grupos os faziam convergir, na ótica da elite judaica (leiam-se: fariseus e saduceus), para uma representação comum, indissociada. Para a massa, as distinções entre o banditismo dos salteadores e a não-violência dos profetas-quiliastas eram melhor percebidas do que para a elite (Stegemann & Stegemann, 2004, p. 200).

A despeito de haver interesse no levante social por parte daquela parcela de escribas que produziu a apocalíptica, os estamentos superiores da sociedade, por serem filo-romanos, não tinham interesse em tais levantes. Mesmo que os movimentos messiânicos tenham sido entendidos como anômicos (desviantes) sua importância no processo de restabelecimento da nomia judaica, em torno do farisaísmo e estabelecimento da nomia cristã, como suporte de inclusão na história judaica, é bastante considerável.

Ao mesmo tempo que impulsionaram o a nova caracterização do judaísmo, mediante a incorporação de novos caracteres, por parte dos judeus, os movimentos messiânicos desempenharam papel nômico na construção da identidade cristã, inicialmente nos livros que viriam a compor o Novo Testamento e na posterior literatura patrística, haja vista que o movimento de Jesus surgiu desse “fermento” sócio-religioso.

Jesus, que também encontrou a inspiração para seu movimento profético nas crenças apocalípticas de seus dias (Freyne, 2008, p. 131-136) terminou convertido pelo ideário cristão numa personagem não apenas escatológica, mas também divina. A esse respeito, convém ressaltar que, na apocalíptica judaica, o Messias é exclusivamente humano. Foi a tradição cristã que reinterpretou o conceito de Messias e o transformou em um ser divino (Feldman, 2006,

p. 365). Do mesmo modo, os seguidores de Jesus, por estarem imbuídos da crença na messianidade de seu mestre, se imaginaram como a comunidade escatológica dos últimos tempos. Essa convicção pode ser percebida pelo dito atribuído a Jesus em Mt 16.18s., em que o líder do grupo de seguidores de Jesus possui a chave do reino do céu, que no dizer de Bultmann (2004, p. 79,80), “é como o vestibulo do reinado de Deus a se estabelecer em breve, e que não será vencida pelos poderes do inferno cujo ataque contra a comunidade faz parte dos eventos do tempo final que lhe são impostos.” Os apóstolos também se perceberam como os regentes escatológicos que se assentariam em doze tronos para governar as tribos de Israel (Mt 19.28, Lc 22.29s.).

Outro indicio da consciência escatológica dos discípulos de Jesus localiza-se no relato dos eventos pascais na Galiléia, em que eles se dirigiram para Jerusalém por considerá-la o centro do reino vindouro de Deus. Além disso, o grupo de seguidores de Jesus apropriou-se de títulos escatológicos tradicionais como *os eleitos* e *os santos*.

Paulo e os Pais da Igreja somente puderam fazer uso das Escrituras hebraicas a fim de argumentar sobre a messianidade de Jesus e justificar o não cumprimento da ritualística judaica pelos cristãos de origem gentílica, devido ao fato dos cristãos terem se apropriado das Escrituras como literatura sagrada. Ao fazer isso, o cristianismo as usou como elemento de ligação entre Jesus e Javé, o Deus hebreu. Deve-se lembrar que o cristianismo nasceu dentro da religião judaica, utilizando-se da genealogia para ligar Jesus ao primeiro homem, criação do Deus judaico.

Ao situar historicamente o Cristo, os livros do Novo Testamento inserem-no num *continuum* temporal que parte da criação do Universo por Javé, passam pelo nascimento do judaísmo e abarcam, diretamente, as Escrituras como parte, inicial, da história do próprio cristianismo. O uso da Bíblia hebraica como texto sagrado permitiu ao cristianismo helenístico desenvolver uma efetiva consciência de Igreja. Ainda que a influência das Escrituras não tenha sido igual em todas as comunidades, certamente produziu efeitos em todas elas. Por esse motivo a literatura epistolar do Novo Testamento supõe-

excetuando-se as epístolas joaninas – uma familiaridade dos leitores com o Antigo Testamento (Bultmann, 2004, p. 155).

Portanto, o ponto chave é a idéia que os cristãos fizeram de si próprios enquanto Igreja. No cristianismo primitivo, o crente era parte da comunidade, e as diferentes comunidades reuniam-se numa única. A utilização do termo *ekklesia*, que designa, primeiramente, o “povo de Deus”, e não a comunidade local, é um arquétipo disso. O arraçoado se deu tanto no judeu-cristianismo quanto no cristianismo helenizado (Bultmann, 2004, p. 140-141). A Igreja em sua totalidade, compreendida como precedente às comunidades individuais, também está manifesta na analogia feita por Paulo em 1Co 12 e posteriormente por seus discípulos em Cl 1.18-24; Ef 1.22s; 5.23s.

Essa auto-compreensão coletiva pode ser percebida tanto na comunidade primitiva de Jerusalém quanto nas comunidades cristãs gentílicas. Isso é reconhecível a partir do livro de Atos dos Apóstolos (15:22-28) e da Carta aos Gálatas (2:6-10). Nessas passagens vemos a comunidade jerosolimitana com poder de supervisão sobre as demais comunidades. Também vemos os esforços do próprio Paulo no sentido de atar e fortalecer os laços entre as comunidades gentílicas e Jerusalém. Tal consciência somente pôde ser formada devido à crença do cumprimento em Jesus das escatologias judaicas, contidas nas Escrituras (Schillebeeckx, 1989, p. 60,61).

Tal consciência somente pôde ser formada devido à crença no cumprimento em Jesus das escatologias judaicas, contidas nas Escrituras.

Desta feita, o uso das Escrituras hebraicas pelos cristãos foi desde o princípio, algo muito natural, tendo em vista que legitimava e dava corpo histórico à reivindicação de divindade para o Cristo. É neste sentido que Justino Mártir faz uso delas em seu *Diálogo com Trifão*.

Justino, Pai Apologista de meados do século II, se insere numa tradição cristã, iniciada no tempo dos apóstolos, do uso da Bíblia hebraica, como código de preceitos éticos e morais a serem seguidos, exemplificados na vida das grandes personagens do bíblicas (Scardelai, 1998, p. 93). As Escrituras, quando interpretadas alegoricamente, portanto fora de seus contextos históricos originais, tam-

bém desempenham a função de corpo de oráculos divinos comprobatórios da messianidade e divindade de Cristo e, por conseguinte, da reivindicação cristã gentílica de ser o povo eleito por Deus para o tempo do fim, o novo Israel (Shotwell, 1965, p. 53). Como já dito, além da procedência judaica do cristianismo, a herança representada pelas Escrituras também insere o Cristo numa história da salvação concebida dentro de um tempo linear, com princípio e fim. Desse modo, o surgimento do Messias marca o fim do plano de Deus para a salvação da humanidade. Justino, ao radicalizar as concepções paulinas, considerou que o próprio judaísmo e sua ritualística se realizam plenamente em Cristo e, portanto, tornam-se obsoletos (*Diál.* 11:2).

## REFERÊNCIAS

### Documentação primária impressa.

BUENO, D. R. **Padres apologetas griegos** (s. II). Madrid: BAC, 1974, p.281-584.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. Tradução da Paulus Editora . São Paulo: Ed. Paulus Editora, 2002.

### Bibliografia teórico-metodológica e obras de apoio.

BULTMANN, R. **Teologia do Novo Testamento**. São Paulo: Teológica, 2004.

DURKHEIM, E. **Le Suicide**. In. Les classiques des sciences sociales. Disponível em: [http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques\\_des\\_sciences\\_sociales/index.html](http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html)

ELIAS, N.; SCOTSON, J.L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FELDMAN, S.A. **Rei ungido a redentor da humanidade: a evolução do conceito de messias**. In: SILVA, G.V., NADER, M.B., FRANCO, S.P. (Orgs.). *As identidades no tempo: ensaios de gênero, etnia e religião*. Vitória: EDUFES, 2006.

FREYNE, S. **Jesus, um judeu da Galiléia: nova leitura da história de Jesus**. São Paulo: Paulus, 2008.

GOODMAN, M. **A classe dirigente da Judéia: as origens da revolta judaica contra Roma, 66-70 d.C.** Rio de Janeiro: Imago, 1994.

GOTTWALD, N.K. **Introdução sócio-literária à Bíblia Hebraica**. São Paulo: Paulus, 1988.

HORSLEY, R.A., HANSON, J.S. **Bandidos, profetas e messias: movimentos populares no tempo de Jesus**. São Paulo: Paulus, 1995.

ROCHA, I.E., **Práticas e representações judaico-cristãs: exercícios de interpretação**. Assis: UNESP Publicações, 2004.

RUSSELL, D.S. **Desvelamento divino**. São Paulo: Paulus, 1997.

SCARDELAI, D. **Movimentos messiânicos no tempo de Jesus.**

São Paulo: Paulus, 1998.

SCHILLEBEECKX, E. **Por uma Igreja mais humana.** São Paulo:

Edições Paulinas, 1989.

SHOTWELL, W.A. **The biblical exegesis of Justin Martyr.**

Londres: S.P.C.K., 1965.

STEGEMANN, E.W. & STEGEMANN, W. **História social do**

**protocristianismo.** São Leopoldo, São Paulo: Sinodal e Paulus, 2004.